



O USO NEOLIBERAL DO ESPAÇO – IMPACTOS SOBRE OS “TERRITÓRIOS DA VIDA HUMANA” NA CIDADE

Cláudio Jorge Moura de Castilho
Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

Com o objetivo principal de discutir o impacto negativo do uso neoliberal do espaço nos territórios da vida humana na cidade, este artigo apresenta: a lógica da racionalidade neoliberal que tem norteado o processo de produção do espaço geográfico no mundo, cada vez mais célere e intensa; a ideia de território usado considerando o espaço geográfico em sua dialeticidade; o processo de uso do território sob os parâmetros do neoliberalismo; e, por último, alguns comentários vislumbrando a mudança cultural como possibilidade de reversão do uso neoliberal do território como perspectiva de reverter os atuais impactos sobre os territórios da vida humana. O materialismo histórico-dialético foi o método de abordagem utilizado na realização deste trabalho, o qual teve o suporte da escuta dos moradores e das moradoras que, geralmente, não são considerados nas discussões, como método de procedimento. O principal resultado consistiu na defesa da ideia de que, não obstante as adversidades existentes, a transformação é possível desde que se comece pela mudança cultural.

Palavras-chave: Espaço do Mercado. Embate Cultural. Espaço da Vida. Mundo Diverso.

THE NEOLIBERAL USE OF SPACE – IMPACTS ON ‘HUMAN LIFE’S TERRITORIES’ IN THE CITY

Abstract

Considering as main purpose the bad impact of the neoliberal use of space on human life’s territories in the city, this article presented: the logic of neoliberal rationality that has guided the process of space geographic production in the world, increasingly faster and more intense; the idea of territory used taking in account the geographic space in its dialeticity; the process of land use under neoliberalism parameters; and finally, some comments showing up cultural change as a way to change the neoliberal use of the territory as a perspective of reversing the current impacts on human territories. Dialectical-historical materialism was the approach method used in this work, which had the support of residents’ listening, who are not generally considered in the discussions, as a procedure method. The main result

was the defense of the idea that, despite the adversities, transformation is possible as long as one begins by cultural change.

Keywords: Space for Market. Cultural Fight. Space of Life. Diversity World.

INTRODUÇÃO

A IDEIA

No curso dos últimos quinhentos anos de história, observa-se que o sistema capitalista – como processo, ao mesmo tempo, social, cultural, econômico, político e territorial movido por ideologias em permanente embate – tornou-se cada vez mais forte, no âmbito do processo de mundialização que, desde sobretudo meados do século XX, vem sendo chamado de globalização.

Este termo representa, portanto, a natureza do capitalismo hodierno, ou seja, a globalização nada mais é do que a face atual do processo de mundialização, representado grosso modo pela simultaneidade dos acontecimentos e pela intensidade das relações humanas no mundo; o que foi propiciado pela utilização das novas tecnologias influenciando nas inter-relações dialéticas entre o mundo e os territórios.

Contudo, isso não quer dizer que todos os territórios do mundo seguem o mesmo ritmo do acontecer histórico global. Ao contrário, cada território relaciona-se de maneira diferente com o mundo em função das horizontalidades ligadas às suas especificidades territoriais. Com efeito, longe de serem simplistas, as inter-relações entre mundo e territórios são muito complexas.

No *meio* local, a rede praticamente se integra e se dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contiguidade. A esse recorte territorial, chamamos de *horizontalidade*, para distingui-lo daquele outro recorte, formado por pontos, a que chamamos de *verticalidade*. Nesses espaços da horizontalidade, alvo de frequentes transformações, uma ordem espacial é permanentemente recriada, onde os objetos se adaptam aos reclamos externos e, ao mesmo tempo, encontram a cada momento, uma lógica interna própria, um sentido que é seu próprio, localmente constituído. É assim que se defrontam a Lei do Mundo e a Lei do Lugar. (SANTOS, 1997, p. 268-269)

Por outro lado, segundo Santos (2000), a globalização, na medida em que é o próprio capitalismo no seu acontecer histórico, ela é perversidade, sobretudo, quando norteadas pelo neoliberalismo (que causa desemprego crônico, crescimento da pobreza, perda de qualidade de vida, desrespeito à natureza, propagação de males espirituais e morais, etc.); ela é fábula, referindo-se ao modelo ilusório de mundo que se impõe às pessoas como “nova” cultura (aldeia global, culto ao consumo, Estado mínimo, desenvolvimento, etc.); e ela é, ao mesmo tempo e contraditoriamente, possibilidade, ou seja, uma perspectiva aberta para se imaginar e praticar outro discurso e para se escrever outra história.

É na perspectiva do que se acabou de expor que se coloca a ideia que nos incentivou a escrever este artigo, ou seja, se por um lado o capitalismo compreende um processo que deseja e busca homogeneizar o mundo a fim de atender os seus propósitos de tornar os territórios – e tudo o que eles contêm – em mercadorias com o propósito de gerar riquezas; por outro lado, todos os territórios da vida humana que estão no seu caminho – e aqui se abordará o problema daqueles que se situam no espaço urbano – acham-se ameaçados e, são, por sua vez, os que serão objeto dos impactos mais ameaçadores à vida humana na Terra.

Chama-se, no presente escrito, territórios da vida humana os espaços em que, mesmo fazendo parte do mundo – portanto sujeitos a serem atingidos pelos impactos perversos da globalização –, ainda mantêm uma dinâmica territorial específica vinculada aos tempos dos seus próprios atores, constituindo, simultaneamente, territorialidades historicamente tecidas como base da vida local capaz de garantir a sua existência.

Tratam-se, em outras palavras, dos espaços do encontro, da festa (LEFEBVRE, 2001) e da coabitação (SANTOS, 1987) propiciadores dos interesses da coletividade, na medida em que a reunião das pessoas encoraja a discussão acerca dos problemas vividos e enfrentados ao nível local; e, conseqüentemente, a busca, em comum, de perspectivas de enfrentamento visando um território efetivamente novo.

Não é à toa que existe um significativo número de moradores de assentamentos populares em várias cidades do mundo que, notadamente quando se acham fixados em áreas cobiçadas pelo Complexo Fundiário Imobiliário Comercial Financeiro (CFICF)¹, são expulsos de seus territórios; o que acontece sem respeito à legislação institucionalizada, à cultura dos moradores, às alternativas de trabalho dos chefes de família, etc., enfim, quando se retira as pessoas dos seus próprios territórios historicamente construídos por elas mesmas, estas praticamente perdem suas vidas uma vez que o seu tecido territorial não lhes acompanha e chega a ser desmantelado.

Isso tudo apenas para que as classes dominantes continuem a locupletarem-se com um espaço construído para atender, acima de tudo, os seus interesses financeiros, razão por que o historiador Bevilacqua (2011), definiu esta globalização neoliberal como o período de grande saque. Com efeito, segundo este autor, o capitalismo representa, hoje, um momento de destruição radical, na medida em que vem

dissolvendo a estrutura social – as horizontalidades – nos diversos territórios em que chega; de canibalização das regras do jogo democrático; e de desertificação do sentido da vida.

Sob os parâmetros do neoliberalismo, este processo de desterritorialização extremamente desumano é, ainda, muito mais cruel. Isto porque, sustentando-se na cultura em que a privatização, a desregulamentação e a criminalização dos movimentos sociais – leia-se a reação das pessoas ameaçadas de perderem seus territórios de vida – tratando-os como uma questão de polícia, constituem garantia às suas ações, os homens, as mulheres e a natureza perdem direitos adquiridos e mesmo os seus lugares de existência.

Entretanto, esta perversidade, mascarada pela fábula do discurso neoliberal, não acontece sem resistências e protestos, ou seja, os territórios ameaçados sempre reagem, sobretudo, quando são lugares fortes. Daí por que, como acentuou Castilho (2011), tem-se que considerar a possibilidade de fazer valer a cidade voltada à realização plena da vida humana, combatendo a cidade voltada preponderantemente à acumulação de capital.

O MÉTODO

Operacionalizou-se a ideia apresentada na seção anterior por meio de um método de abordagem capaz de apreender o problema-objeto da presente análise em seu estado processual; e isto não somente para explicar o problema ora delimitado, mas, concomitantemente, para descobrir heurísticamente o que está acontecendo no sentido da perspectiva de fazer-se uma nova história. Destarte, somente um método aberto ao efetivamente novo e capaz de dialogar com o existente pode adequar-se à visão de mundo do autor deste escrito.

Nesse sentido, a dialética foi, portanto, o método de abordagem pelo qual se optou para a realização deste trabalho. Isto se deveu, ademais, ao fato de que, pelo menos até os dias atuais, ainda não se teceu outro caminho metodológico com um espírito crítico e autocrítico tão aguçado para analisar o mundo em seu permanente processo histórico como a dialética; o que garante a necessária revisão contínua dos seus pressupostos teóricos e práticos na perspectiva não somente de interpretar, mas, simultaneamente, de transformar o mundo.

A dialética não dá “boa consciência” a ninguém. Sua função não é tornar determinadas pessoas plenamente satisfeitas com elas mesmas. O método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que “ainda não é”. [...] Um espírito agudamente dialético como o poeta Bertold Brecht disse uma vez: “O que é, exatamente por ser tal como é, não vai ficar tal como

está”. Essa consciência da inevitabilidade da mudança e da impossibilidade de escamotear as contradições incomoda os beneficiários de interesses constituídos e os dependentes de hábitos mentais ou de valores cristalizados. A dialética intranquiliza os comodistas, assusta os preconceituosos, perturba desagradavelmente os pragmáticos ou utilitários. (KONDER, 1987, p. 85-86)

Trata-se de um método em permanente processo de autoconhecimento e de conhecimento dos objetos existentes no mundo efetivamente vinculados às ações que os criam utilizando-se desses mesmos objetos os quais, por sua vez, são utilizados por estas mesmas ações humanas em permanente processo de transformação em alguma direção que somente o movimento histórico é capaz de nos mostrar. Tarefa que, aliás, só tem sentido se empreendida coletivamente.

Mesmo os indivíduos mais empenhados na luta pela transformação da sociedade se confundem, com frequência, quando falta coesão à *unidade* deles. A falta de coesão diminui, para eles, as possibilidades de *fazerem história* de modo consciente. Diminui as possibilidades de se organizarem e de se reconhecerem na ação da continuidade organizada a que se integram. O indivíduo isolado, normalmente, não pode fazer história: suas forças são muito limitadas. (KONDER, 1987, p. 76)

Nos territórios da vida humana, ainda existem, como *rugosidades* positivas valores de união, solidariedade e resistência os quais, apesar de ameaçados pelos constantes avanços do neoliberalismo, permanecem, na dimensão da “psicosfera” como uma força latente que só precisa ser estimulada a fim de serem utilizados como instância de luta, por exemplo, pela cidadania.

No âmbito deste trabalho coletivo, por outro lado, tem-se que estar bastante comprometido com o respeito ao processo dialético, evitando, assim, cair-se nas armadilhas que, muitas vezes, acabam enrijecendo o movimento dialético da dialética, travando a imaginação de outros mundos possíveis, muito embora tenha-se consciência de que esta imaginação tem que acontecer “com os pés no chão”.

Quanto mais contraditório se apresenta o processo histórico, quanto mais complexas sejam as tarefas da transformação consciente da sociedade, tanto mais necessária se torna essa chama da rebeldia, para que o movimento não se mecanize, para que suas contradições não coagulem. O presente não engendra

automaticamente o futuro através de uma dinâmica fatal e espontânea: o futuro precisa lutar para nascer, para assumir uma feição determinada; precisa enfrentar criticamente o presente. E os rebeldes, que sentem na consciência o sopro vivo dessa luta, têm boas razões para rejeitar a admoestação dos conservadores e o discurso que os conclama a acolher uma versão mistificadora da “sensatez”; eles sabem que a acomodação a uma situação de opressão, de exploração e de miséria é certamente menos sensata do que a revolta contra os opressores, os exploradores e os aproveitadores da miséria. (KONDER, 1988, p. 20)

Nos territórios da vida humana, os valores anteriormente ressaltados funcionam como que uma força que pode ser mobilizada a qualquer momento, no âmbito do Movimento de Reforma Urbana, pelos seus atores no sentido da resistência contra as permanentes investidas alienadoras do neoliberalismo, fazendo valer a sua rebeldia consequente.

Norteando-se pelos parâmetros acima postos, faz-se relevante, ainda, evitar as mistificações do que Kosik (1995) definira como pseudoconcreticidade – do mundo das aparências simplistas, dos preconceitos de diversas ordens, etc. – sustentadas pelas confusões e ambiguidades que existem no mundo.

A DIALÉTICA trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*. Por este motivo, o pensamento dialético distingue entre representação e conceito de coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *práxis* humana. A atividade primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito

cognoscente, que existe fora do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade práctico-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato práctico-utilitário com as coisas [...] o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade. (KOSIK, 1995, p. 14-15)

Nos territórios da vida humana, não obstante a existência de visões concretas inerentes à vida das pessoas que neles moram, também fazem-se presentes visões falsas – escamoteadas de concretude com relação ao local – ligadas a intenções externas ao território, coexistindo concretamente. Não obstante, sempre há possibilidades de se chegar a uma síntese capaz de fazer valer os interesses locais.

Trata-se efetivamente de não se acomodar às fábulas que se criam e que se nos apresenta para que aceitemos a perversidade do que estamos considerando como impactos perversos do capitalismo neoliberal. Os fenômenos, em sua complexidade, destacados na citação acima, de acordo ainda com o mesmo autor,

[...] povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da *pseudoconcreticidade*. [...] O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. (KOSIK, 1995, p. 15)

Portanto, só se consegue compreender os fenômenos quando se atinge a sua essência; com o que, efetivamente, se chega à realidade, ou seja, segundo o mesmo autor acima referenciado, à unidade representada pela união do fenômeno com a essência. Daí a necessidade de se fazer ciência no âmbito de uma filosofia que busque entender a essência dos fenômenos abordados para se atingir a realidade como totalidade complexa em movimento permanente.

Diante do até agora exposto, tem-se que o capitalismo – hoje sob o retorno dos parâmetros do neoliberalismo que estavam como que em estado de latência – vem acelerando, cada vez mais, o processo do seu acontecer histórico no sentido da produção do espaço voltada exclusivamente para a acumulação de capital. O que tem impactado fortemente nos diversos territórios do espaço geográfico, os quais, para atender preponderantemente o sentido mencionado, vem perdendo seu sentido humano.

Contudo, como a realidade é histórica, ou seja, muda permanentemente em função das suas contradições, os territórios da vida humana reagem, resistindo, protestando e elaborando projetos inclusivos de produção territorial. O que demarca uma dinâmica conflituosa de classes sociais que buscam, cada uma, fazer valer o seu projeto territorial, chegando a uma situação de impasse cujo caminho somente a história em processo pode mostrar.

No que diz respeito aos métodos de procedimentos, optou-se, primeiramente pelo da revisão de parte da bibliografia existente acerca do tema ora em discussão, porém considerando apenas alguns autores na medida em que não se quis fatigar os leitores com todas as referências existentes sobre o tema; em seguida, levou-se em conta alguns casos empíricos conhecidos do autor deste escrito; e, por fim, deu-se voz aos atores presentes no território que se acham impactados direta e indiretamente pelas ações do capitalismo neoliberal, mas que, geralmente não são contemplados pelos poderes instituídos.

A ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho foi estruturado de maneira a tratar, na próxima seção, da lógica da racionalidade neoliberal que tem norteado o processo de produção do espaço geográfico no mundo, cada vez mais célere e intensa pela globalização; na seção seguinte, apresentou-se a ideia de território usado no sentido de considerar o espaço geográfico em sua dialeticidade; na seção seguinte, elucidou-se o processo de uso do território sob os parâmetros do neoliberalismo; e por último, teceu-se alguns comentários vislumbrando, ao considerar a contradição inerente à história do mundo, a mudança cultural como possibilidade de reversão do uso neoliberal do território como perspectiva de reverter os atuais impactos perversos sobre os territórios da vida humana.

A LÓGICA DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL NA HISTÓRIA DO CAPITALISMO

O capitalismo compreende, em geral, um sistema socioeconômico que, segundo Bremond & Geledan (1981, p. 52), fundamenta-se nos seguintes elementos: propriedade privada como principal meio de produção e troca; objetos produzidos, em sua maior parte, para tornarem-se mercadorias, ou seja, para serem vendidos no mercado; indivíduos livres para venderem, comprarem e estabelecerem contratos conforme aos seus próprios interesses, visando à obtenção de um lucro máximo, o qual, aliás, é a finalidade da produção capitalista; população, em sua maioria, vendendo sua força de trabalho em troca de uma remuneração, constituindo-se numa classe de assalariados.

Não se pode deixar de admitir, ainda, que o capitalismo é um sistema cuja dinâmica do seu acontecer histórico destrói, violenta e autoritariamente, tudo o que encontra no caminho do seu processo permanente de expansão; principalmente

quando o que ele encontra não é visto, à primeira vista, como potencial fator de geração de riquezas, tais como: valores culturais locais, territórios historicamente construídos, natureza, etc. Daí por que, desde os seus primórdios,

Com o desenvolvimento das atividades mercantis, enfraqueciam-se os velhos padrões de conduta, os valores tradicionais: as relações entre as pessoas se tornavam mais complicadas, mais contraditórias, e isso aumentava a contraditoriedade interna de cada cidadão. O sujeito humano, dividido, já não se punha, inteiramente, nas suas crenças ou nas suas descrenças. A experiência vivida pelo cidadão não lhe abria espontaneamente as portas de uma integração na comunidade. Aliás, a expressão mais evidente na comunidade – o Estado – assumia, na expressão de Marx, o caráter de uma “comunidade ilusória”. Em decorrência de semelhante situação, o *logos* ficou cindido, internamente, porque tanto podia designar a “razão” de um processo social, objetivo, como também podia estar se referindo às “razões” subjetivas de um indivíduo particular. (KONDER, 1988, p. 1-2)

Em decorrência de tal fato, assim como da própria natureza da sua dinâmica, entre outros, em meados do século XIX, o referido sistema socioeconômico tornou-se alvo de análises críticas no seio do próprio centro do seu acontecer histórico-geográfico. Tais críticas ocorreram em função, principalmente, da consciência da sua natureza filosófica, reforçando a exploração dos trabalhadores, bem como a formação e divisão de classes sociais levando muitos homens e muitas mulheres a condições de extrema precariedade em termos de condições de vida.

As referidas análises críticas suscitaram ideias e propostas diferentes de sociedade, engendrando intensos debates e discussões em torno de um mundo melhor. Destarte, não se pode negligenciar o fato de que, notadamente em ambientes mais abertos à colocação de ideias e propícios ao estabelecimento de diálogos,

O capitalismo foi vivamente criticado pelos partidários do socialismo, e sobretudo por Marx e seus discípulos [...]. Marx estima que o capitalismo engendra, obrigatoriamente, a alienação e a exploração da classe trabalhadora, e que o sistema, longe de ser eficaz, desmora-se, vítima das crises econômicas que não param de agravarem-se. O ponto de vista socialdemocrata é mais moderado; ele tenta compensar os males de um capitalismo sem restrição por uma

intervenção seletiva do Estado. (COLLECTION J. BRÉMOND, 1989, p. 85, tradução livre)

As visões críticas acima referidas sobre o capitalismo fundamentaram-se, notadamente, em análises científicas que, considerando a complexidade do referido sistema, apontaram suas contradições, deslindaram o caráter dos conflitos – implícitos e explícitos – e vislumbraram saídas alternativas ao existente por caminhos de cunho ora revolucionário ora reformista. Porém, na nossa visão, as perspectivas revolucionárias ainda são as mais salutares para resolverem de fato a problemática social dos territórios da vida humana, em função, sobretudo, de se apontar saídas efetivamente alternativas ao capitalismo. Mas de que revolução pode-se falar hoje?

Como tudo no mundo está intrinsecamente relacionado com o seu tempo histórico, da mesma maneira acham-se a ideia e a prática referente ao processo revolucionário. Neste sentido, com vistas a ressignificar este processo, uma vez que a revolução ainda se faz necessária, referimo-nos à necessidade de formular-se uma nova razão e, conseqüentemente, uma nova prática de mundo em que se respeite as pessoas, os seus saberes e fazeres, bem como e a sua natureza da qual aliás todos e todas fazem parte. Para isso, já se instituiu um conjunto de leis capaz de, se cumpridas, garantir a implementação de políticas públicas viabilizadoras dos direitos humanos e naturais. E, é claro, como se verá mais adiante, isso deve acontecer de acordo com uma nova cultura em processo de gestação.

Posteriormente, análises mais profundas do capitalismo, acompanhando o seu processo histórico-dialético de evolução, demonstraram que este sistema socioeconômico desenvolveu e aprimorou uma enorme capacidade sociometabólica de redefinir-se com base no aprendizado com as próprias crises sistêmicas, mantendo-se como sistema hegemônico. De um conjunto de análises que demonstraram este fato, destacam-se alguns dos trabalhos seminais de Harvey (2004; 2010; 2013) através dos quais se compreende claramente em que medida o capitalismo vem mantendo há séculos sua hegemonia no mundo.

Mas por que razão o capitalismo conseguiu, fazendo uso da sua capacidade sociometabólica, manter-se como sistema hegemônico durante tanto tempo? Dentre várias razões, destaca-se o fato de que este sistema constitui a garantia da manutenção dos interesses, notadamente, das classes dominantes, em todos os lugares do mundo, por meio de uma série de estratégias técnicas implementadas para formular e reforçar o discurso – único – que mostra o mercado como a saída única dos problemas sociais.

O discurso acima ressaltado aprimora-se para continuar defendendo e ovacionando, de maneira autoritária e fatal, pelo uso dos meios de comunicação em massa fortemente atrelados aos interesses dominantes, que se deve bater continência para o mercado, único capaz de promover a “paz eterna”. É por isso que o neoliberalismo é-nos apresentado, hoje, pelos interesses hegemônicos como

a alternativa, a qual, na realidade, reforça o caráter perverso do capitalismo. Como discurso que representa os interesses das classes dominantes,

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. (HARVEY, 2008, p. 12)

O neoliberalismo como teoria das práticas político-econômicas, ao contrário do que se diz e se propaga, não é algo que chega de paraquedas nos diversos territórios do mundo; ele está fincado na realidade, intrinsecamente radicado no imaginário das classes dominantes e mesmo subalternas e oprimidas, mesmo quando é obrigado a retrair-se, em certos momentos da história, em função dos fluxos socialmente promissores dos territórios no âmbito da história. Deste modo, ele nunca é extinto, ele permanece como que em estado de latência até quando encontra a oportunidade para entrar novamente em cena, arrastando consigo o conjunto de ações que acabam paralisando o aperfeiçoamento das conquistas sociais da humanidade.

Atualmente, está-se revivendo outro fluxo de transgressão do neoliberalismo – no mundo e no Brasil – que está novamente ameaçando grande parte das conquistas sociais estabelecidas no curso da história política das nações, o que, como sempre, começa com a propagação da falácia do “Estado mínimo” pela qual se defende que o Estado deve limitar sua intervenção ao que, na verdade, garante a manutenção dos interesses hegemônicos do capitalismo.

Por detrás da referida falácia propalada pelas classes dominantes, encontra-se o propósito de limitar os investimentos sociais do Estado à promoção dos interesses do CFICF. Ademais, a despeito do discurso contra a intervenção do Estado, paradoxalmente, é justamente ao Estado que as classes dominantes recorrem para concretizar seus propósitos e para enfrentar os impactos cíclicos das crises econômico-financeiras do capitalismo.

O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas [neoliberais]; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se

não existirem mercados (em áreas como a terra, água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), esses devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui as formações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2008, p. 12)

Reitera-se, portanto, que o discurso do Estado mínimo refere-se mais ao seu papel social do que ao seu papel de promotor e “salvador” da economia; o que se faz mais veemente, principalmente, quando dos períodos de crise do sistema capitalista. Com efeito, em períodos de boom econômico, muitos Estados têm gerido suas respectivas sociedades de maneira a promover a distribuição de parte das riquezas geradas através de ações que se aproximam, em seu conjunto, do que se tem chamado de desenvolvimentismo. Porém, em períodos de crise, os investimentos, sob contexto de governos neoliberais, voltam-se predominantemente para salvar as empresas que se acham em problema.

A geografia constitui um campo do saber que também pode contribuir para a discussão ora estabelecida por este artigo na medida em que o seu objeto de pesquisa e estudo – as inter-relações dialéticas entre espaço e sociedade – é fundamental para o acontecer histórico dos propósitos supramencionados, daí por que se tem falado na necessidade de se fazer uma “geografia do capitalismo”.

Em outras palavras, aventa-se a necessidade de se fazer uma geografia que, penetrando profundamente nos interstícios do sistema capitalista, seja capaz de compreender sua complexidade visando realizar análises críticas acerca do processo de produção capitalista do espaço geográfico na perspectiva de repensar suas experiências com vistas à construção de territórios efetivamente diferentes.

Pode-se pensar que uma verdadeira geografia do capitalismo, que não seja nem alegórica nem denunciativa, ainda não foi realizada. Afora alguns trabalhos originais [...], o próprio capitalismo, como potência organizadora do espaço, ainda não recebeu a relevância devida. Os geógrafos radicais dos anos 1960-80, inspirados no marxismo, criticaram, por vezes de maneira virulenta, o mundo capitalista segundo seus

próprios critérios e numa perspectiva assaz política. Eles participaram mais de uma geografia do imperialismo do que de uma geografia do capitalismo. Mais recentemente, correntes da geografia econômica e da nova economia geográfica abordaram a questão da mundialização, da globalização das firmas, das novas flexibilidades e mesmo, de maneira mais geral, o problema dos espaços e das escalas do capitalismo pós-fordista [...]. Há aí pesquisas férteis que mereceriam ser aprofundadas, enquanto que seções inteiras (por exemplo, o problema das relações entre capitalismo, circulação e troca dos bens e das mercadorias e organização urbana) permanecem sem terem sido submetidas a abordagens profundas. Convém assim liberar estas pesquisas da prática da descrição factual e/ou das abordagens gerais e estatísticas. (LÉVY & LUSSAULT, 2013, p. 150, tradução livre)

A despeito de concordar com os autores imediatamente acima referenciados, acredita-se que as obras dos geógrafos David Harvey e Milton Santos, dentre as de outros pares, ajudam-nos a compreender a “geografia do capitalismo”, muito embora, para alguns, os seus objetivos diretos não tenham sido explicitamente este.

No presente escrito, considerando a perspectiva acima referenciada, busca-se realizar uma abordagem das inter-relações entre o capitalismo contemporâneo – representado pelo seu caráter neoliberal – e territórios da vida humana no processo de produção do espaço urbano, com especial atenção para a problemática dos seus impactos perversos sobre tais espaços.

O TERRITÓRIO USADO

Começa-se esta seção ressaltando que uma sociedade sem território seria pura abstração, na medida em que, para viverem, os homens e as mulheres sempre necessitam ocupar algum lugar do espaço geográfico a fim de construir os seus territórios e as suas territorialidades, o que se faz condição *sine qua non* para fortalecerem-se em termos de sociedade.

Com isto, conseguem, por exemplo, pressionar o Estado para fazerem valer a conquista da sua cidadania sem a qual, aliás, nunca serão capazes de concretizar sua intenção de “ser mais” em um mundo tão adverso à vida humana.

O território é gerado a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um projeto) em qualquer que seja o nível.

Apropriando-se concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre expressa perfeitamente o mecanismo de passagem do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que se instalam nele: ruas, canais, ferrovias, circuitos comerciais e financeiros, estradas e aerovias, etc.” O território, nesta perspectiva, é um espaço no qual se projetou o trabalho, seja energia, seja informação, e que, por conseguinte, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens se dão. (RAFFESTIN, 1980, p. 129, tradução livre)

À medida que os territórios vão sendo socialmente produzidos, os homens e mulheres responsáveis pela sua produção vão, ao mesmo tempo, tecendo suas territorialidades visando reforçar sua identidade territorial, a qual é capaz de fortalecer suas lutas na busca da conquista dos seus direitos, primeiramente, ao entorno (SANTOS, 1987) e, por conseguinte, à cidade (LEFEBVRE, 2001).

Sem terem garantidos os direitos acima lembrados, os homens e as mulheres nunca conseguirão *ser mais*. Refletindo a multidimensionalidade vivida do território, pelos homens e pelas mulheres numa dada coletividade social, portanto, a territorialidade,

[...] inscreve-se no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. [...] É sempre uma relação, mesmo que diferente, com os outros atores. [...] Cada sistema territorial esconde sua própria territorialidade vivida pelos indivíduos e pela sociedade. A territorialidade manifesta-se em todas as escalas espaciais e sociais, ela é intrínseca a todas as relações e pode-se dizer que ela é, de uma certa feita, a “face vivida” da “face praticada” do poder. A este respeito, é interessante retomar que [...] a territorialidade [...] compor-se-ia de três elementos: sentido de identidade espacial, sentido de exclusividade, compartilhamento de interação humana no espaço. (RAFFESTIN, 1980, p. 146)

Depois de produzidos os territórios e tecidas as territorialidades inerentes a cada território produzido, este espaço nunca deixa de ser usado pelos seus atores, ou seja, ele continuará a ser usado e, por conseguinte, permanentemente

reconfigurado, de acordo com as vicissitudes de cada momento da história da humanidade.

Defendendo que não é o território em si mesmo que constitui a categoria de análise essencial do espaço geográfico, mas o território usado como uma questão histórica, Santos & Silveira (2001, p. 247-248), acentuaram que, com base neste ponto de vista, sempre quando se desejar definir qualquer pedaço do território

[...] deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa maneira, defrontamo-nos com o território vivo, vivendo. Nele devemos considerar os fixos, isto é, o que é imóvel, e os fluxos, isto é, o que é móvel. Os fixos são, geralmente, constituintes da ordem pública ou social, enquanto os fluxos são formados por elementos públicos e privados, em proporções que variam segundo os países, na medida em que estes são mais ou menos abertos às teses privatistas. O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra.

Partindo da ideia segundo a qual, em vez de uma “fotocópia da sociedade”, o espaço, é, na realidade, a própria sociedade como história em processo, cientistas sociais que vêm indagando acerca do papel das novas tecnologias em uma sociedade em rede, apresentam o espaço mundial como uma totalidade complexa formada, contraditoriamente, entre espaços de fluxos e espaços de lugares.

No que diz respeito ao espaço de fluxos, deve-se admitir que, sem sombra de dúvidas, os territórios, em todo o mundo, estão tornando-se cada vez mais fluidos. O que tem ocorrido, sobretudo, com a finalidade de atender os imperativos da racionalidade técnico-instrumental capitalista neoliberal, para o que, aliás, os diversos fluxos econômicos não somente se fazem presentes nos respectivos territórios como permitem, concomitantemente, que os próprios territórios tornem-se mais fluidos e velozes.

Afirmo [...] que nossa sociedade está construída em torno de fluxos: fluxos de capital, fluxos de informação,

fluxos de tecnologia, fluxos de interação organizacional, fluxos de imagens, sons e símbolos. Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que *dominam* nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. Assim, proponho a ideia de que há uma nova forma espacial característica das práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede: o espaço de fluxos: *o espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos*. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. (CASTELLS, 1999, p. 436)

Entretanto, de acordo com este mesmo autor, à medida que o espaço de fluxos não representa a totalidade territorial no âmbito da sociedade em rede, tem-se que considerar outro tipo de espaço que obedece a uma lógica diversa da hegemônica. Trata-se do espaço de lugares.

Sem dúvida, a grande maioria das pessoas nas sociedades tradicionais, bem como nas desenvolvidas vive em lugares e, portanto, percebe seu espaço com base no lugar. *Um lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contiguidade física*. Por exemplo, o bairro de Belleville em Paris é um lugar [por apresentar interação social e riqueza espacial, que reforçam a sua diferença]. (CASTELLS, 1999, p. 447)

Além do acima colocado, na perspectiva de uma compreensão da realidade – fenômeno + essência – como uma totalidade complexa, acrescenta-se que, com as palavras do Mongin (2009, p. 23),

[...] para além da consideração dos fluxos e das redes, é essencial perguntar-se sobre quais lugares estão emergindo e sobre qual hierarquia se forma entre esses diversos lugares. Indissociável de uma reterritorialização

que separa e fragmenta, a pergunta então se liga à reterritorialização que se pode ter no próprio futuro da democracia. A fragmentação espacial, nunca a vemos tão bem quanto ao observar de perto um mapa e os emaranhados territoriais que ela ali desenha. E observa-se que a “cidade de várias velocidades” se impõe como uma evidência dentro de contextos geográficos muito diferentes, em Paris [...], mas também no Cairo ou em Buenos Aires. Essa evolução da experiência urbana enfraquece consideravelmente a dimensão política da cidade. Símbolo da libertação, da emancipação, a cidade não se resume a uma experiência territorial, material, física; ela está na cabeça, ela é mental. “O ar da cidade liberta”, dizia Hegel. A cidade é uma mistura de mental e de construídos, de imaginário e físico. [...] E talvez mais que nunca no mundo da “pós-cidade”, o mundo da globalização, que divide, fragmenta, separa em vez de unir e de colocar em relação. À cidade promissora de integração e de solidariedade, tanto quanto de segurança, substituiu-se uma cidade “de muitas velocidades, para retomar a expressão de Jacques Danzelot, que separa os grupos e as comunidades, mantendo-os à distância uns dos outros.

Em princípio, o espaço geográfico apresenta-se como um território fragmentado, com sua paisagem representada por espaços de fluxos e espaços de lugares, garantidores, respectivamente, da velocidade inerente à dinâmica do capitalismo contemporâneo e da lentidão inerente à dinâmica histórica dos territórios da vida humana.

Entretanto, apesar de aparentemente fragmentados, os espaços acham-se, dialeticamente, inter-relacionados entre si, compreendendo uma totalidade complexa em permanente movimento que acontece em algum sentido cujas direções somente a história poderá indicar. Daí a necessidade de entender que o processo histórico não é linear na medida em que se acha intrinsecamente relacionado com as especificidades territoriais de cada lugar.

Durante séculos, acreditáramos que os homens [e as mulheres] mais velozes detinham a inteligência do Mundo. A literatura que glorifica a potência incluiu velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a “sua” civilização para o resto do mundo. Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. Na grande cidade, hoje, o que se dá é tudo ao contrário. A força é dos “lentos” e não dos

que detêm a velocidade elogiada por um Virílio em delírio, na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulações. É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro. (SANTOS, 1997, p. 260-261)

Portanto, velocidade e lentidão constituem ritmos de processos que coexistem no território, influenciando diretamente no seu uso, razão por que não se pode supervalorizar uma em detrimento da outra, como se tem feito na medida em que a velocidade vem sendo cada vez mais defendida e ovacionada como condição fatal de cada território visando à sua inserção contínua na dinâmica da globalização.

Na medida em que esta visão continuar a nortear o uso do território, um número significativo de ambientes naturais-históricos será rapidamente apagado e/ou degradado do espaço urbano, tais como: áreas verdes, superfícies aquíferas, territórios da vida humana, culturas tradicionais, etc.

Destarte, tem-se que considerar que ações que acontecem sob ritmo mais lento têm condições de evitar a destruição dos referidos ambientes, preservando-os para que as próximas gerações também possam usufruírem deles. Ao mesmo tempo, ressalta-se o fato de, em abrindo mão da celeridade em termos de uso do território aproveitando-se das novas tecnologias disponíveis, ter-se-á mais tempo para se refletir acerca do que se tem feito nos nossos territórios, bem como para sensibilizar a sociedade no sentido de rever suas práticas.

O USO DO TERRITÓRIO SOB OS PARÂMETROS DO NEOLIBERALISMO

Sob os parâmetros do neoliberalismo, portanto, o território é usado para atender, preponderantemente, os interesses das classes dominantes, fazendo do espaço um fator para a acumulação de capital, mesmo que este propósito venha a impactar, como aliás acontece, negativamente sobre a diversidade natural e social do mundo.

Para acontecer historicamente, o neoliberalismo, como visto, formula discursos que fragmentam a percepção do mundo e separam as pessoas dos seus territórios e da sua própria natureza, buscando operacionalizar os seus propósitos de hegemonia, razão pela qual as suas estratégias de convencimento têm que ser combatidas de maneira veemente e descentralizada.

Diante do que se acabou de dizer, urge prestar atenção à dimensão cultural que cimenta o território da vida humana para garantir a consolidação do neoliberalismo. Trata-se, como dizem Dardot & Laval (2013), de uma “nova razão do mundo”. Qualquer que seja a mudança, esta não pode prescindir, portanto, da referida dimensão. Na prática, a cultura neoliberal tem-nos mostrado que

As novas formas de governança conduzem à expansão das fronteiras do mercado por meio de processos contínuos de acumulação por espoliação, ou de capitalização do espaço e da vida, através da captura e do cerceamento de espaços públicos da extensão da mercantilização da terra e da moradia ou simplesmente de expulsões. Nas palavras de Žižek, trata-se da “expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político”. (ROLNIK, 2015, p. 373-374)

De acordo com esta mesma autora, portanto, a colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças conseguiu enraizar-se e penetrar em diversos contextos territoriais, com o suporte do Estado, transformando territórios da vida humana em ativos abstratos, desenhando uma situação de insegurança no que diz respeito à posse de alguma porção do território que tem gerado muitas vítimas. Com efeito,

Os chamados *slums*, ou favelas, não são de forma alguma o único exemplo de insegurança da posse. Na realidade, um amplo leque de indivíduos e grupos pode estar em situação insegura: refugiados e pessoas deslocadas internamente, afetadas por conflitos, desastres e mudanças climáticas ou ameaçadas por esses fatores; pessoas em terras destinadas a projetos de desenvolvimento ou afetadas por estes; ocupantes de terras valiosas; inquilinos com ou sem títulos legais, em assentamentos informais ou em contextos formais, em áreas urbanas e rurais; migrantes internos ou internacionais; minorias; comunidades nômades; grupos afetados por discriminação baseada em casta ou estigma; pobres sem-terra, sem-teto; arrendatários; trabalhadores

em regime de servidão; outros grupos marginalizados, como pessoas com deficiência ou vivendo com HIV; povos nativos em países com histórico de colonização; grupos com direitos consuetudinários à terra; e até proprietários privados de casas hipotecadas. Embora ninguém esteja totalmente protegido da insegurança da posse, os mais pobres e vulneráveis arcam com a maior parte do ônus decorrente dessa situação. (ROLNIK, 2015, p. 151)

Na pesquisa empírica realizada junto a moradores de territórios da vida humana da cidade de Recife, que têm sofrido muito com impactos perversos da lógica da racionalidade técnico-instrumental do neoliberalismo, constatou-se, por meio das suas falasⁱⁱ, uma série de problemas os quais, de uma certa feita, explicam a sua atual situação no mundo.

Ao perguntar-lhes, primeiramente, sobre suas experiências em termos da construção dos seus territórios de vida, eles disseram o seguinte: “A gente perdeu emprego, tudo [...] Chegamos do interior, não encontramos trabalho e nem lugar pra morar [...] a gente primeiro foi morar na casa de parente outros na de amigos [...] mas depois quando via que tinha algum lugar pra levantar nossa casinha, levantava as paredes botava o telhado em cima e ia morar nela” (Junção de frases ditas por diferentes migrantes provenientes do interior do estado de Pernambuco para Recife).

Em seguida, interrogando-lhes sobre os problemas por eles e elas enfrentados no cotidiano da sua experiência de viverem em palafitas e favelas da cidade, eles nos responderam o seguinte: “A vida do pobre não é fácil em nenhum lugar, Senhor, mas aqui [em Recife] pelo menos a gente consegue coisa mais fácil pra comer [o restaurante quando fecha distribui resto de alimento], vestir [a Igreja faz arrecadação de roupa pra distribuir pra nós], andar [as pessoas daqui faz uma cota e a gente consegue uma passagem para se apresentar num emprego novo] é uma ajuda daqui outra de lá, um filho ou irmão que trabalha e já começa a trazer dinheiro pra família e assim vai, a gente vai levando a vida [...] no interior era muito pior. Aqui [perto de um rio ou em cima de um outeiro] a gente nem precisa de ar condicionado porque o vento é mais forte na noite. [...] Tem pelo menos uma escola pra os filhos [...] tem um posto de saúde perto da gente e um campo de pelada [...] Mas quando vem a chuva, sai de baixo porque a água leva tudo, tudo enche e a gente sai nadando e ainda com medo de pegar a doença do rato e uma cobra nos morder. [...] Mas a gente sofre mas nós goza porque quando tem uma roda de samba ou chega o Carnaval a gente cai na gandaia porque o importante é ser feliz. [...] Mas também a gente quer viver melhor, não só ter um lugar pra morar. Mas o pior de tudo é quando ameaça nós de deixar o nosso lugar construído há tanto tempo”. (Junção de frases ditas por diferentes moradores de favela, área de mangue e colina da Recife)

No que diz respeito ao último problema apontado pelo conjunto de falas ditas pelos moradores reunidas acima neste terceiro bloco de falas, suas respostas, *per se* elucidam os impactos sofridos atualmente pelos seus territórios, chegando mesmo a demonstrar o desmantelamento das suas territorialidades historicamente tecidas há décadas: “Como é que pode, Senhor, tanto tempo que nós estamos aqui e agora querem tirar a gente daqui pra botar lá onde judas perdeu as botas [...] Por que não expulsam aqueles moradores que estão ali do outro lado da avenida no seu prédio de bacana? [...] Por que só nós? Sei, a gente é pobre, né? [...] Mas a gente também tem direito de ficara aqui porque foi a gente que aterrou o mangue, aqui era tudo água quando chegamos [...] Aqueles do lado de lá não ficam? Por que nós não poderemos ficar? [...] Não é justo isso [...] Mas a gente tá se unindo com pessoal da universidade, dos coletivos, a igreja, nós não vamos aceitar ser expulso [...] Se nós aceitarmos sair daqui, primeiro a gente vai se separar, vai ser difícil se encontrar pra conversar e pra brigar com o prefeito [...] A gente vai deixar de ser a gente”. (Junção de frases ditas por diferentes moradores ameaçados de expulsão pelo CFICF que atua em Recife)

No primeiro bloco de falas dos moradores e das moradoras entrevistado(a)s por nós, nota-se que elas representam a autoconsciência dos sujeitos que a proferem no que tange à sua situação de classe subalterna e oprimida no mundo. Esta situação, com efeito, impacta sobremaneira negativamente nos seus territórios de vida, chegando mesmo a desmantelar territorialidades ainda não consolidadas.

Em assim sendo, no curso do processo de formação histórico-territorial no Brasil, muitas pessoas expulsas do interior pelo processo denominado de modernização conservadora-dolorosa migraram, primeiramente, para cidades menores e, depois, para cidades maiores a fim de procurarem alternativas concretas de vida.

Para isso, em chegando na cidade, contaram, primeiramente, com a solidariedade de parentes e familiares, a qual é um elemento cultural muito comum em populações de lugares em que a carência e ausência de bens e serviços sociais públicos constituem um problema que as afeta; em seguida, começaram a ocupar áreas que ainda estavam disponíveis, muitas das quais tiveram seu solo criado pelos próprios moradores e pelas próprias moradoras através de aterros.

No segundo bloco, depois de reconhecerem que a vida dos pobres é difícil em todos os lugares, relataram o conjunto de dificuldades vivenciadas durante a sua vida – na cidade – demarcando um cotidiano muito sofrido, pleno de carências e ausências. Mas que, fortes e destemidos, nunca deixaram de buscar a sua sobrevivência acionando, inclusive, práticas e valores culturais trazidos do interior tais como: ajuda mútua, solidariedade grupal, a alegria de viver e valorização do que se conquista apesar de todas as adversidades.

No que concerne a este último valor, os moradores e as moradoras ressaltaram a vantagem de terem construído suas habitações em áreas próximas à natureza garantindo-lhes amenidades muito prezadas hoje pelo CFICF, bem como próximas

a equipamentos de serviços sociais públicos que lhes garantem o acesso aos bens educação, saúde e certa infraestrutura urbana.

Entretanto, ao mesmo tempo, reconhecem que, até o momento da entrevista, sua conquista limita-se a ter um espaço para habitar – um terreno, uma casa, etc. – deixando muito a desejar a qualidade das políticas sociais públicas às quais tem tido acesso; razão pela qual se manifestaram que desejam mais do que morar na cidade, ou seja, desejam ter garantido o seu direito a uma vida digna, inclusive conscientes de que estão sendo ameaçados de serem expulsos dos seus territórios. O que pode ser considerado no âmbito da problemática da perspectiva do direito ao entorno.

No terceiro bloco, percebe-se que se possui a consciência de que o espaço, em geral, está sendo cada vez mais açambarcado pelas classes dominantes as quais, depois de terem ocupado significativas porções do território urbano, querem ocupar agora porções dos seus próprios territórios; o que acontece, sobretudo, pela sua situação de classe subalterna e oprimida que sempre perdeu espaços, sobretudo quando estes se tornaram novamente cobiçados pelos interesses do CFICF.

Ao mesmo tempo, reconhecem que também têm direito ao espaço, à cidade, e que para isso precisam continuar juntos para resistirem frente às investidas constantes dos interesses dominantes. Desse modo, no âmbito de uma perspectiva de luta de classes, os moradores e as moradores entrevistado(a)s, reconhecendo, também, que fazem parte do seu território e vice-versa, demonstram uma obstinada capacidade de resistência para não perderem os seus respectivos territórios de vida.

MUDANÇA CULTURAL COMO POSSIBILIDADE DE REVERSÃO DO USO NEOLIBERAL DO TERRITÓRIO

Primeiramente, tem-se que retomar e reiterar a ideia do papel relevante da dimensão cultural no processo permanente de transformação social dos homens e das mulheres que sofrem – e que não sofrem – no mundo. Com efeito, Gramsci (1989) e Freire (1978; 2019) ensinaram-nos, de maneira explícita, que as sementes da mudança começam a germinar nas próprias pessoas, o que hoje em dia significaria, concretamente, a substituição da cultura calcada no individualismo egoísta inerente ao neoliberalismo por uma outra mais voltada para os interesses da coletividade e do respeito à outridade.

Dessa maneira, não adianta haver propostas de transformação a exemplo das que se têm denominado como “educação ambiental”, implementação de ações urbanísticas pautadas no discurso político-econômico da promoção da melhoria das condições de vida das pessoas e boas intenções dos intelectuais se as pessoas – populações atingidas e gestores públicos – continuarem a pensar de acordo com os parâmetros da ordem secularmente estabelecida pelas classes dominantes, sustentada pelo discurso neoliberal. Nesta mesma perspectiva, Sennett (2008, p. 13) refere-se a uma

[...] “cultura” em sentido antes antropológico que artístico. Quais os valores e práticas capazes de manter as pessoas unidas no momento em que as instituições em que vivem se fragmentam? Minha geração demonstrou falta de imaginação ao tentar responder a esta pergunta, preconizando as virtudes da comunicação de pequeno tamanho. A comunidade não é a única maneira de manter coesa uma cultura; parece evidente, por exemplo, que os estranhos de uma mesma cidade convivem numa mesma cultura, ainda que não se conheçam pessoalmente. Mas o problema de uma cultura que realmente nos sirva de base não se limita a uma questão de tamanho. Só um certo tipo de ser humano é capaz de prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias. Este homem ou mulher ideal tem de enfrentar três desafios [a individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e dispostas a abrir mãos das experiências passadas, encontrada em seres humanos nada comuns].

Este mesmo autor ainda acentua que, no que diz respeito à cultura do novo capitalismo – denominado e conceituado neste artigo como neoliberal – houve mudanças no âmbito das instituições, das capacitações e dos padrões de consumo; mas que, na realidade, tais mudanças não foram capazes de libertar os homens e as mulheres dos propósitos hegemônicos.

Até que se tem notado sucessivas mudanças – as quais, adianta-se, podem receber a conotação de mera maquiagem – no âmbito do capitalismo, o que ocorre pela própria necessidade deste sistema de adaptar-se constantemente às vicissitudes inerentes ao seu próprio acontecer histórico, levando-se a ideias de que haveria um “novo capitalismo”.

Porém, parece-nos que, mais uma vez, este “novo” continua sendo velho, tratando-se, como dizia o escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa, mais de uma “mudança para que as coisas continuem sendo as mesmas”. Com efeito,

[...] parece que a cultura da vida institucional que vai surgindo desempenha um papel não menos importante. A paixão consumptiva adequa-se a esta cultura, assim como o conceito meritocrático de talento e a individualidade idealizada que se exime declaradamente de qualquer dependência de longo prazo em relação aos outros. Temos aqui formas culturais que cultivam a mudança pessoal, mas não o progresso coletivo. A cultura do novo capitalismo está sintonizada com acontecimentos singulares,

transações únicas, intervenções; para progredir, uma comunidade organizada precisa contar com relações continuadas e experiências acumuladas. Em suma, a deriva antiprogressista da nova cultura decorre da maneira como lida com o tempo. (SENNETT, 2008, p. 161-162)

Continuando a levar em conta a relevância da cultura – de caráter antropológico – no processo de transformação social dos territórios da vida humana, ressalta-se uma das mais significativas lições aprendidas da Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2019), isto é, aquela segundo a qual, primeiramente, tem-se que eliminar o opressor que reside na cabeça do oprimido na perspectiva da criação de um homem e de uma mulher efetivamente novos. O que deve ser pensado tanto para as pessoas provenientes das classes dominantes quanto para aquelas das classes subalternas e oprimidas.

Nesta perspectiva, faz-se necessário que se realizem processos de reaproximação, por exemplo, entre as instituições – o conjunto dos aparelhos do Estado – e a coletividade social, reinserindo-se nas diversas territorialidades que constituem, por exemplo, a cidade. O que deve ser realizado buscando a adesão das referidas instituições às territorialidades do povo, na perspectiva de que as práticas dialógicas devam ser, ainda segundo Freire (2019), norteadas pela fé, confiança e esperança nos saberes e fazeres do povo.

Por isso que, atividades de assessoria e/ou de comunicação com – não para e sobre – o povo fundamentados em práticas dialógicas fazem-se muito importantes: entre, por exemplo, universidades e territórios da vida humana encorajando o povo a proferir suas palavras sobre o seu mundo a fim de que – apropriando-se do seu próprio mundo na medida em que fala sobre ele – consigam “ser mais”. CASTILHO (2011; 2016; 2019).

Ao mesmo tempo em que os territórios são conhecidos como totalidades de uma totalidade diversa e complexa em permanente mudança em algum sentido que somente a história pode apontar, ter-se-á condições concretas para repensá-lo e usá-lo de maneira a que todos os interesses neles contidos sejam evidenciados e contemplados no âmbito, por exemplo, das políticas sociais públicas e das próprias relações entre Estado e sociedade civil.

Trata-se, em definitivo, da necessidade urgente da realização de uma pedagogia que – combatendo o uso neoliberal do território como lugar do desencontro, do obscurantismo e da segregação – resgate, por exemplo, o espaço, no caso ora em questão, a cidade como lugar do encontro, da festa e da coabitação. Utopia? Por que não?

Porém, sem deixar de levar em conta o conjunto das adversidades que impedem a concretização da referida pedagogia no seio da qual se encontra uma série de entraves que persistem ao nível da instituição imaginária da sociedade capitalista neoliberal, impedindo e/ou fazendo retroceder os avanços socialmente

conquistados através das lutas sociais que se travam cotidianamente no mundo, as palavras ditas pelos homens e pelas mulheres dos territórios da vida humana abordados revelaram-nos que um novo mundo é possível.

CONCLUSÃO

Levantou-se neste escrito o problema dos impactos perversos do uso neoliberal do espaço geográfico sobre os territórios da vida humana, destacando o que tem acontecido na cidade, no âmbito de uma discussão que criticou a tendência que se vem defendendo cada vez mais fatal de produção dos espaços urbanos apenas para fazer valer, a qualquer custo, os interesses das classes dominantes.

Mediante o uso de métodos – de abordagem e procedimentos – julgados eficazes para realizar uma análise crítica da realidade territorial no âmbito do seu acontecer histórico permanente movimentando-se em direções que somente a história é capaz de mostrar-nos, deu-se visibilidade, ao mesmo tempo, às percepções de mundo provenientes das classes subalternas e oprimidas.

Isto porque, acredita-se piamente que, qualquer que seja o projeto de transformação social, este só poderá partir das pessoas provenientes desta classe social uma vez que somente estas pessoas, notadamente pelo fato de terem sido negligenciadas e mesmo desrespeitadas pelos projetos hegemônicos em vigência, reúnem as condições de apontar e impor o que pode ser concretamente novo.

Desse modo, a despeito da força, aparentemente, avassaladora dos imperativos do projeto hegemônico de capitalismo em expansão no mundo, que usa o espaço exclusivamente para atender os seus interesses, aponta-se a necessidade da mudança cultural como ponto de partida em termos de possibilidade concreta de transformação social.

REFERÊNCIAS

BEVILACQUA, Piero. *Il grande saccheggio. L'età del capitalismo distruttivo*. Bari: Editori Laterza, 2011.

BREMOND, Janine & GELEDAN, Alain. *Dictionnaire économique et social*. 3ª ed. Paris: Hatier, 1981.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1)

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. Processo de produção desigual do espaço urbano: Recife – impasse permanente da coexistência de interesses da “cidade à acumulação de capital” e da “cidade à realização plena da vida humana”! *Boa Vista, ACTA Geográfica*, v.5, n.10, p. 95-113 jul./dez. 2011.

_____. Nuevos rumbos del activismo socio-espacial en Recife-PE: Comunidad Josué de Castro ¡La esperanza de la construcción de un nuevo territorio! *New Cultural Frontiers*, 2, p.63-86, 2011.

_____. Reforço da urbanização capitalista e territórios ameaçados: o Coque no âmbito do embate entre a racionalidade técnico-instrumental neoliberal e a racionalidade ambiental. In: SOUZA R. M., SANTOS S. S. C. dos, SANTOS E. A., KOHLER R. (org.) *Cenários urbanos: riscos e vulnerabilidade da gestão territorial*. Aracajú: Criação, 2016.

_____. Fortalecimento de territórios vividos na encruzilhada dos interesses globais e locais – atividades de comunicação em andamento. In: CURY, Mauro José Ferreira, MAGNANI, Elisa, CARVALHO, Rida de Cássia Pereira de (org.) *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. Londrina: Madrepérola, 2019.

COLLECTION J. BRÉMOND. *Dictionnaire de la pensée politique*. Paris: Hatier, 1989.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. *La nuova ragione del mondo. Critica della razionalità neoliberista*. Roma: DeriveApprodi srl, 2013.

FREIRE, Paulo. *Cartas à Guiné Bissau. Registros de uma experiência em processo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____. *Pedagogia do oprimido*. 67ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *The enigma of capital and the crises of capitalisme*. London: Profile Books, 2010.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

KONDER, Leandro. *A derrota da dialética. A recepção das ideias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

_____. *O que é dialética*. 17ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. (coleção primeiros passos, 23)

KOSIK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LACOSTE, Yves. Esses homens e essas mulheres que são “objetos” de estudo. In: LACOSTE, Yves. *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Jacques & LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2013.

MONGIN, Olivier. *A condição urbana. A cidade na era da globalização*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Pour une géographie du pouvoir*. Paris: Litec, 1980.

ROLNIK, Rachel. *Guerra dos lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____ & SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Contato com o autor: Cláudio Jorge Moura de Castilho <claudiocastilho44@gmail.com>

Recebido em: 14/06/2019

Aprovado em: 28/12/2019

ⁱ Em escritos anteriores, tem-se considerado o CFICF como produto das inter-relações dialéticas e complexas entre as dimensões fundiária, imobiliária, comercial e financeira inerentes à dinâmica econômica capitalista. Representando os interesses preponderantes das classes dominantes, o CFICF é o principal agente do processo de alienação dos territórios da vida humana, em nossas cidades.

ⁱⁱ Como, concordando com Lacoste (1988), a geografia constitui um saber estratégico, o que, por seu turno, torna-se perigoso não somente para quem o produz, mas, sobretudo, para quem nos apontam as raízes dos problemas abordados, bem como encaminhamentos à sua resolução, decidiu-se não revelar nenhuma informação que venha a identificar a localização dos moradores que responderam nossas questões. Portanto, reproduziram-se as suas falas mantendo seu jeito peculiar de comunicar-se, identificando apenas sua situação social. Mesmo assim, juntou-se frases ditas por diferentes respondentes reunindo-as em períodos lógicos, a fim de dificultar ainda mais a identificação das pessoas.